



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681075 - MG (2021/0224398-1)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ATILA GONCALVES RIBEIRO (PRESO)
CORRÉU : GLAUBER RODRIGUES DOS SANTOS
CORRÉU : AGNALDO PEREIRA BOTELHO
CORRÉU : SILVANIA RODRIGUES CESARIO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ATILA GONCALVES RIBEIRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.102246-2/000).

O paciente foi denunciado e preso preventivamente por suposta prática do delito descrito no art. 157, § 3º, c/c art. 29 do Código Penal.

Formulado pedido de revogação da prisão preventiva, foi indeferido pelo Juízo de primeira instância (fls. 357-359), decisão esta que foi mantida pelo Tribunal de origem (fls. 402-405).

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão da decretação da prisão cautelar "em absoluto descompasso com o princípio da contemporaneidade e em razão da má compreensão do conceito de foragido" (fl. 4).

Alega que "a falta de contemporaneidade do delito imputado ao paciente e a inocorrência de fatos novos a justificar, nesse momento, a necessidade de segregação, torna a prisão preventiva ilegal, por não atender ao requisito essencial da cautelaridade" (fl. 5).

Aduz que os fundamentos utilizados para a decretação da medida extrema seriam fatos ocorridos há mais de 10 anos, salientando que atualmente o paciente tem "residência fixa, proposta de emprego e um filho de tenra idade" (fl. 6).

Afirma que o paciente não se encontrava foragido, apenas não teve ciência formal do processo em que figura como réu.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente